

AS REPRESENTAÇÕES DO CONCEITO DE SEXUALIDADE: SUBSÍDIOS PARA INTERVENÇÃO

Ana Maria Limeira de Godoi¹

José Roberto da Silva Brêtas²

Silvia Piedade de Moraes³

Resumo

Objetivos: conhecer as Representações Sociais de universitários e dos professores do ensino fundamental e médio, participantes dos cursos de extensão sobre o tema sexualidade. **Método:** Pesquisa qualitativa fundamentada na Teoria das Representações Sociais. O estudo contou com a participação de 343 participantes do sexo masculino e feminino, com idade entre 17 e 57 anos. A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de um instrumento não estruturado e como forma de análise do material coletado foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** As representações dos participantes sobre sexualidade encontram-se ancoradas no prazer, em estereótipos de gênero e sexismo, enquanto sexo biológico e reprodução e enquanto ciência e forma de conhecimento. A sexualidade ainda é fortemente representada pela biologia, há a biologização da sexualidade nos discursos. **Conclusão:** Ressalta-se a necessidade de implementar cursos de capacitação para professores e alunos de graduação de cursos na área da saúde, considerando essas representações. **Palavras-chave:** Educação em Saúde. Educação em sexualidade. Sexualidade. Representações Sociais.

¹ Enfermeira do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências pela Unifesp - SP.

² Professor Associado da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)-SP.

³ Prof^a. Dra. Ciências: Educação e Saúde pela Unifesp. Pedagoga. Especialista em Educação sexual pela SBRASH. Docente na Universidade Guarulhos.

INTRODUÇÃO

A educação em sexualidade na escola tem sido prática defendida e orientada pelo Ministério da Educação (MEC), tendo sido instituída em 1998 com o termo “orientação sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como eixo transversal ao currículo educacional. O documento considera a escola como parceira da família e da sociedade na promoção da saúde de crianças e de adolescentes, atribui às escolas a corresponsabilidade da educação em sexualidade. Assim, a “educação em sexualidade” na escola é um processo sistemático e continuado de intervenção instrumental. Conforme o PCN “no diálogo entre a escola e as famílias, pretende-se que a sexualidade deixe de ser tabu e, ao ser objeto de discussão na escola, possibilite a troca de ideias entre esta e as famílias”(BRASIL, 1997).

Nesse contexto, iniciamos um conjunto de atividades organizadas em cursos de extensão universitária com a temática sexualidade, ofertadas a estudantes universitários e professores de escolas do ensino fundamental e médio da cidade de São Paulo e municípios da grande São Paulo. Para esse fim, adotamos o conceito de “educação em sexualidade”, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que se refere a uma abordagem que deve ser apropriada à idade e culturalmente relevante ao ensino sobre sexualidade e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente corretas, realistas, e sem pré-julgamentos (UNESCO, 2010).

Ressaltamos que, mesmo frente aos esforços que vem sendo feitos, para que se efetive uma educação em sexualidade com qualidade, observa-se que o tema, ainda encontra vários vieses e permanece na condição de “tabu” em vários ambientes sociais. Dentre estes, o cotidiano escolar, espaço que pressupõe turmas heterogêneas compostas por alunos e alunas, com os quais trabalham professores/as, funcionários/as, sujeitos históricos desta instituição que se manifestam por meio de seus corpos sexuados (SANTOS, 2009). Nessa direção, a sexualidade é tratada sem a descoberta do próprio “eu” e do reconhecimento do outro, pautada sobre conteúdos biológicos e heteronormativos, torna-se pouco significativa, não alcançando discussões mais profundas sobre valores individuais e sociais, o que de fato importa no processo educativo (NOGUEIRA et al, 2011).

Trabalhar com educação em sexualidade requer não apenas domínio do conhecimento biológico, mas reflexões sobre a vida e o ambiente em que vive o sujeito, buscando novos conhecimentos, fundamentados por processos singulares que são criativos, que possibilitem uma educação em sexualidade que o prepare para seu viver no cotidiano (MACHADO et al, 2007).

Entendemos que a educação em sexualidade na escola deve ser vista como um processo de intervenção pedagógica, que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

Neste contexto, vemos o/a professor/a como um/a multiplicador/a de informações e uma influência na formação de conceitos e atitudes dos/as educandos/as relacionados à sexualidade. Constitui-se também um interlocutor confiável para as questões da sexualidade, na qualidade de adulto significativo para o/a estudante (SAYÃO, 1997). Assim, por entendermos que é de extrema importância a formação do/a professor/a para a abordagem da educação em sexualidade na escola, passamos a oferecer cursos de extensão para capacitar professores/as de ensino fundamental e médio para atuação em atividades de educação em sexualidade, principalmente junto a crianças e adolescentes.

Nesse contexto, observamos a diversidade de representações sobre o conceito de sexualidade entre os/as vários/as participantes das nossas atividades. O que motivou a realização deste estudo.

Embora tendo adotado o conceito de sexualidade como uma manifestação psicoafetiva individual e social que transcende sua base biológica (sexo) e cuja expressão é normatizada pelos valores sociais vigentes. A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da sua vida e englobam sexo, identidade e papel de gênero, orientação do desejo sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (BRASIL, 1996). Que é influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social,

econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual, vemos a importância de um estudo que capture as representações sociais desses sujeitos que participam das nossas atividades sobre o tema sexualidade, pois a diversidade apresentada no campo do senso comum transcende os limites do ato sexual, inclui sentimentos, fantasias, desejos e sensações; comportamento diante da vida; atração que sentimos por alguém; nossos desejos de felicidade e prazer; nossos preconceitos e valores morais; nosso corpo e o modo como o veem (BRÊTAS, 2011).

Segundo Moscovici (2003), o conceito de Representação Social envolve uma das características da ciência, que é o fato de propor constantemente novos objetos de pensamento, que nos interpelam e desencadeiam todo um trabalho do pensamento e do grupo. Isso quer dizer que entre as descobertas científicas que nos interpelam estão as da área da Saúde, por exemplo, e o objeto de nosso estudo que é a sexualidade, que lança sobre as pessoas uma luz que espanta e choca. Assim, chegamos ao objeto da Representação Social, que muitas vezes é desconhecido, lançado na corrente da comunicação pela ciência, característico do nosso tempo, não familiar. Nesse contexto, as Representações Sociais são o conceito adequado para dar conta de como o objeto "Sexualidade" foi e está sendo apropriado pela sociedade, pelos grupos, pelos indivíduos que serão sujeitos desse estudo, onde as representações cumprem a função de tornar familiar àquilo que era inicialmente não familiar. Problematizando a questão, em nosso cotidiano qual a origem da compreensão desse tema e das explicações emitidas pelas pessoas? Como é gerado esse conhecimento?

Trata-se de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam, mas não sozinhos, pois a origem de uma forma de pensamento social é Representação Social, que se relaciona às influências que podem ser ideológicas/ideologia dominante (família, escola, amigos, igreja etc.) ou crenças coletivas; ou também por ideias que se transformam em julgamentos e opiniões. Nesse contexto, temos aspectos que envolvem dois universos, o consensual e o reificado, que estabelecem a distinção que coloca o conhecimento popular, as maneiras de pensar e agir na vida cotidiana, o senso comum, de um lado, e a ciência e ideologia, do outro.

As representações prescritivas impõem-se sobre nós com uma força

irresistível. Representações que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são repensadas, recitadas e rerepresentadas. Assim, as representações são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2003).

Neste contexto, este estudo teve por objetivo revelar e conhecer as Representações Sociais dos/as participantes dos cursos de extensão, sobre o tema sexualidade.

MÉTODO

Considerando a natureza do objeto e o objetivo, para a realização desta pesquisa, foi escolhida a metodologia qualitativa, em razão de sua característica de apreender a experiência humana em seu contexto social que é mutável e cujas leis e visões de mundo são provisórias, estando em constante dinamismo (MINAYO, 2010).

Nesse contexto de pesquisa qualitativa, para dar conta do estudo de nosso objeto, elegemos os pressupostos alicerçados na abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, que possibilitou procedimentos de pesquisa para detecção de dados e contribuição para intervenção a partir de elaboração reflexivo-vivencial dos próprios sujeitos da pesquisa. Assim, Wagner (1995) propõe a conceituação da Representação Social com referência às múltiplas faces dessa metodologia, atribuindo-a não só o caráter social que envolve comunicação e conteúdo discursivo, mas também sua operacionalização na individualidade de estruturas de conhecimento, símbolos e afetos.

Esta opção deu-se por designar uma forma específica de conhecimento, caracterizado pelo saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais

amplamente, designa uma forma de pensamento social. São modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos das operações mentais e da lógica.

Entende-se como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais; envolvendo saberes popular e do senso comum, elaborados e partilhados coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. É o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1978).

O objeto desse estudo foi posto em relação associativa com os elementos e significados oriundos da experiência do sujeito por meio da operação de um processo denominado ancoragem e dessa forma, o mesmo é transformado de “não familiar” a “familiar”, eliminando assim o elemento que representa o desconhecido. Em outras palavras, para tornar as ideias, conceitos, palavras estranhas num contexto familiar, reduzindo-as em categorias e imagens comuns, utilizaremos o mecanismo da ancoragem.

O projeto desse estudo foi enviado e avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e cadastrado na Plataforma Brasil com protocolo 0605/15. Desta forma, confirmamos que todos os procedimentos metodológicos obedeceram aos padrões estabelecidos pela Resolução 466/ 12, que trata das Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (BRASIL, 2013). É importante ressaltar que o termo de assentimento foi devidamente esclarecido e assinado pelos participantes do estudo e para menores de 18 anos de idade, o termo de consentimento foi assinado pelos responsáveis.

O estudo contou com um total de 343 participantes com idade entre 17 a 57 anos, sendo 319 do sexo feminino e 24 do sexo masculino. Como princípio de inclusão adotou-se as seguintes premissas: aceitar espontaneamente participar do estudo; estar inscrito e participando do curso de extensão.

O campo de estudo constituiu-se de um curso de extensão sobre o tema “corpo, gênero e sexualidade”, onde se realizou coleta de dados com a

aplicação de um instrumento não estruturado com a questão orientadora da investigação: “O que é sexualidade?”.

Como forma de análise dos discursos nesse estudo, visando a compreensão das representações do objeto social estudado, realizou-se a leitura integral das narrativas de cada participante tentando compreender as suas experiências. Foram lidos de tal forma a obter-se um sentido geral do todo de cada relato. Em seguida, realizamos uma releitura de cada relato buscando o significado que teve o sujeito acerca da temática. Assim, promovemos a estruturação em categorias, buscando contornos do sistema de significação que, no seu conjunto revelaram o impacto da experiência sobre os estudantes entrevistados (BARDIN, 2011).

Resultados

Com a estruturação em categorias, buscamos os contornos do sistema de significação que, no seu conjunto revelaram a percepção dos universitários e dos professores do ensino fundamental e médio participantes do estudo, organizadas e apresentadas em 4 categorias.

1ª Categoria - Sexualidade é prazer

Este tema associa sexualidade a comportamentos que envolvem o prazer, tais como sentimentos de alegria, de satisfação, deleite, afeto, de bem-estar físico, gozo, orgasmo e divertimento entre outros que a sexualidade pode oferecer.

2ª Categoria - Estereótipos de gênero e Sexismo

Relaciona a sexualidade a questões de padrões da influência da sociedade ou da família, como ideias repetitivas e tradicionalistas. Ideias e imagens social/ historicamente construídas de que as mulheres são o sexo frágil, caracterizando a misoginia e assimetria de gênero.

3ª Categoria - Sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução

Associa a sexualidade ao sexo biológico apenas, sexo feminino e sexo masculino, a partir de um modelo naturalista. Associa-a também ao ato sexual e à reprodução humana. São questões relacionadas aos dispositivos de

controle da sexualidade, pois para Foucault os Estados modernos e as organizações modernas dependem do controle meticuloso das populações através do tempo e do espaço. Foucault fala sobre tecnologias do controle corporal e do desenvolvimento de uma “anatomo-política do corpo humano”.

4ª Categoria - Sexualidade enquanto ciência e forma de conhecimento

Representa a sexualidade como conteúdo de conhecimento na organização do pensamento consensual, e no sentido prático da representação como comportamentos relacionados à sexualidade humana, que pode gerar informação e esclarecimento.

Discussão

A categoria sexualidade é prazer trouxe como principal elemento da sexualidade o prazer. As representações de que sexualidade é prazer, emerge nos discursos dos/das participantes ao se referir que ela aparece também dentro do ato sexual, mas também como uma forma de felicidade e bem-estar. Os/as participantes entendem que o prazer não se reduz a genitalidade, mas também a percepção das sensações, das emoções, do desejo e também da saúde: *Relacionado ao corpo humano, é basicamente uma forma de obtenção de felicidade e bem-estar* (P64, feminino, 22 anos). Também representam a sexualidade por prazer que gera o orgasmo durante o ápice da relação sexual genital: *Sexualidade é o prazer, é o orgasmo, é o sentir-se pleno em todos os sentidos.* (P220, feminino, 42 anos).

Muitos dos participantes reconhecem que o prazer é o fim, ou seja, quando eles remetem que: *Sexualidade para mim é o ato das pessoas saciarem seu prazer* (P4, feminino, 20 anos; P20, feminino, 23 anos; P214, feminino, 41 anos; P215, feminino, 24 anos) ou em: *Sexualidade são ações que tomamos de diversas formas que tem como resultado a obtenção do prazer* (P158, feminino, 20 anos) pode ser interpretado que a sexualidade supri algum desejo ou alguma necessidade. Porém afirmam que a sexualidade transcende o mero componente biológico, pois gera prazer independente da reprodução: *Atividades que envolvam o corpo, pois o ser humano é o único animal que pratica sexo sem uma finalidade reprodutiva, pratica por prazer. A partir disto, todos os seus atos, mesmo que inconsciente demonstra sua*

sexualidade, a busca pelo prazer, seja pela maneira de se vestir, de falar, etc. (P282, feminino, 33 anos). Também tem como referência a matriz religiosa, mas também trazem a ideia de que o ato sexual gera prazer, independente do ciclo reprodutivo: *E no caso do homossexualismo, mesmo sem reprodução, teria as mesmas finalidades pois o ato sexual gera um prazer inerente ao indivíduo* (P107, feminino, 23 anos).

Concluimos que as narrativas descrevem que a sexualidade gera prazer e que podem levar ao orgasmo ou outras sensações como bem-estar. Com relação a resposta sexual humana e o orgasmo, ele começou a ser descrito pelo casal Masters & Johnson^{***3} na década de 60 e 70 e assim eles criam a fisiologia do prazer que dá continuidade a sexologia contemporânea. Masters & Johnson pesquisaram sobre o ciclo da resposta sexual humana completa, que descrevem em quatro fases: excitação, platô, orgasmo e resolução (OLIVEIRA et al, 2015). As narrativas contextualizam o orgasmo, que pode ser representado como: uma descarga de prazer que no homem gera a ejaculação peniana e pela mulher uma série de manifestações como, por exemplo, espasmos musculares, sensação de calor excessivo ou ereção dos mamilos (BRÊTAS, 2011).

É observado que na “sexologia” contemporânea as referências são ancoradas também por Masters & Johnson, com relação às disfunções sexuais e aos tratamentos em terapia sexual, pois estes trabalharam centrados no prazer e na heterossexualidade conjugal, diferente da representação apresentada na narrativa do sujeito acima, em que aborda o prazer como elemento inerente ao ser humano, independente de sua orientação sexual e da função reprodutiva. Pode ser observado em um estudo realizado com alunos do curso de medicina, que o tema mais abordado pelos docentes foram as disfunções sexuais e os transtornos sexuais, diretamente relacionados à inserção do ciclo de resposta sexual, porém deixando de lado as discussões sobre o prazer (RUFINO et al, 2013). É pertinente destacar uma crítica aos trabalhos de Masters & Johnson, pois foi marcado por uma supervalorização do

*** Por volta de 1960 a sexologia se apresenta como terapêutica com o médico ginecologista William Master e sua assistente de pesquisa, a psicóloga Virginia Johnson, ambos os autores foram inspirados por Alfred Kinsey. Os dois autores realizaram um estudo, que se tornou um texto clássico no campo da sexualidade, sobre as reações fisiológicas de parceiros, mas só com relações sexuais heterossexuais que levavam ao orgasmo. Os dados foram obtidos a partir de observações direta entre mulheres e homens em ciclos da resposta sexual (MASTERS, JOHNSON, 1979).

orgasmo, do prazer e à promoção de um tratamento com relação às disfunções sexuais, principalmente as disfunções sexuais femininas.

Com relação ao prazer sexual feminino no contexto dos estudos de Masters & Johnson, foi a partir dos mesmos que também voltou a se falar sobre o clitóris e sobre a importância da sexualidade feminina. Durante anos o clitóris foi encarado como algo negativo, até dito de “marca do diabo” durante a Idade Média. Percebe-se que o clitóris durante muito tempo foi negado pela ciência, pois durante o século XVI o anatomista Andreas Vesalius nunca havia publicado nada sobre o órgão. O órgão do prazer feminino foi discutido durante alguns anatomistas durante os séculos XVI e XVII, mas sem notoriedade (LAQUEUR, 2001). Tais narrativas reconhecem a importância do prazer independente do sexo ou gênero do sujeito: *Na minha visão sexualidade independe de gênero. Está ligado ao prazer, ao que se procura* (P215, feminino, 24 anos), porém os sujeitos não citaram o órgão feminino responsável por este fim. É natural que este fato ocorra no contexto do senso comum, pois até no universo reificado da ciência, esta estrutura anatômica é omitida, deste fato temos como exemplo a “pobre” descrição do clitóris nos livros de anatomia e fisiologia, fato apontado por O’Connell (O’CONNELL et al, 2005). Sobre isso ousamos referir que o clitóris não é apenas um órgão esquecido, mas poderoso órgão ligado totalmente ao prazer e desvinculado à procriação, tornando-se assim, um símbolo político que poderia ameaçar os dispositivos utilizados pelo sistema patriarcal sustentado por uma biopolítica que promove desigualdade e assimetrias nas relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres (IGLESIA et al, 2009).

Somente no século XX que o clitóris reaparece ligado ao fator sexualidade feminina. Podemos afirmar então que a ciência negou durante séculos o clitóris, afinal é o único órgão do corpo humano que tem o prazer como função e foge de todas as teorias “lógicas” de que, a finalidade biológica do sexo é somente para procriação da espécie. Ele não foi só negado na ciência, mas também ele foi mutilado na era Vitoriana, sendo o médico Baker Brown alegava que o clitóris era responsável pela histeria ou loucura e assim seu tratamento consistia em retirá-lo. Infelizmente esse procedimento ainda é praticado em alguns países, pressupondo que tem como objetivo o de adequar o corpo da mulher ao discurso da procriação. De acordo com a Organização

Mundial de Saúde, é estimado que “mais de 200 milhões de meninas e mulheres em todo o mundo vivam com as consequências da mutilação genital feminina e que, apesar dos esforços que têm sido feitos para eliminar a prática, todos os anos 3 milhões de meninas e mulheres estejam em risco e estejam, por isso, expostas a possíveis consequências negativas a nível de saúde” (OMS, 2016). A prática de retirada do clitóris viola os direitos sexuais e reprodutivos destas meninas e mulheres, na medida em que as priva de tomar decisões em relação aos seus próprios corpos e dificulta o acesso a informação, educação e serviços em nível de saúde sexual e reprodutiva, sendo assim a retirada do órgão do prazer está também associada à desigualdade e à discriminação de gênero que constitui um atentado à saúde física e mental da mulher (GALLEGO, LÓPEZ, 2010).

Enquanto que a categoria sexualidade é prazer os/as participantes representam a sexualidade com satisfação, bem estar-individual e/ou coletivo e obtenção do orgasmo o tema sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução os/as participantes representam a sexualidade como um comportamento que dependerá do coito heterossexual para a reprodução: *Sexualidade é algo que difere os gêneros feminino e masculino, dos mesmo para que aconteça a reprodução, a explicação de semelhanças e diferenças entre gêneros* (P171, feminino, 23 anos; P313, feminino, 21 anos; P192, feminino, 21 anos). Esta representação que associa a sexualidade ao coito e a reprodução representa a matriz do pensamento patriarcal. Neste sentido, as pesquisas produzidas por Masters & Johnson revelaram que o ato sexual vai além da reprodução, identificaram um conjunto de manifestações corporais que constituem uma linguagem corporal sexual. A criação da fisiologia do prazer foi gerada a partir de pesquisa clínica, que foram centrados na fisiologia e na anatomia da resposta sexual masculina e feminina. Masters & Johnson recorreram a uma série de procedimentos para coleta de dados, e usaram equipamentos tecnológicos sofisticados que apontou uma interrupção nos procedimentos de investigação da sexualidade. O estudo, a observação se tornou biológica e extremamente detalhista (TITO, 2010).

Essa ciência do prazer também pode ser analisada junto a categoria sexualidade enquanto ciência e forma de conhecimento, pois nas narrativas é constatado que a sexualidade é uma forma de ciência a partir de suas

descobertas, seja do corpo, da bioquímica do corpo humano, da intimidade, do comportamento e das relações. Os/as participantes verificam que há uma ciência da sexualidade que está inserido a fisiologia do prazer: *Sexualidade é a área que estuda temas relacionados ao homem e a mulher ligados ao sexo, seja no prazer fisiológico ou de comportamentos* (P213, feminino, 20 anos; P223, feminino, 40 anos).

Mesmo que a maior parte da educação em sexualidade ainda se concentra na reprodução sexual e no sexo, a categoria sexualidade enquanto ciência e forma de conhecimento os/as participantes concordam que a sexualidade abrange elementos da biologia mas também elementos da subjetividade humana como sentimentos e o prazer que também é discutido no tema sexualidade é prazer: *É o modo de observar ou estudar o ser humano no seu modo mais íntimo, achando alternativas para desvendar o significado do prazer e o conhecimento do próprio corpo* (P58, feminino, 20 anos) ou em: *Sexualidade é o estudo do desenvolvimento das vontades físicas do ser humano para a realização de suas fantasias e desejos.* (P247, feminino, 40 anos). Pode se perceber que o centro da questão nessa narrativa é o conhecimento do próprio corpo que gera a autonomia nos sujeitos para ter esse prazer sexual.

Mesmo com todo o aparato da ciência da sexualidade, houve uma vulgarização dos discursos da ciência. Em um estudo realizado com estudantes de medicina na Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco no México, observou que nos currículos médicos a discussão ainda é centrada em uma visão reducionista da sexualidade, com a valorização dos aspectos biológicos que são relacionados à construção social e histórica da sexualidade humana, ou seja, as formas valorizadas da sexualidade são as novas ciências, com o advento da AIDS, surge, por exemplo, a disciplina de imunologia (SALINAS-URBINA, SOTO, 2013). Com todo o mérito do casal Master & Johnson, que nos gerou informações detalhadas sobre a anatomia e fisiologia do prazer, ela ainda é uma “ciência tabu”, que não circulada nos livros de educação em sexualidade nas escolas e nem nos livros de fisiologia****⁴ e

⁴ ****Godoi está se referindo à livros que fazem parte da matriz curricular de fisiologia e anatomia, no curso em enfermagem, como Guyton & Hall – Tratado de fisiologia médica e Sobotta – Atlas da anatomia.

anatomia usados durante os cursos de graduação da área saúde, como enfermagem ou medicina.

Com relação a categoria sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução é revelado pelos/pelas participantes que o ato sexual tem como desfecho a reprodução humana: *Sexualidade é o impulso de reprodução e procriação do ser humano, que pode ser expressa de diversas maneiras* (P182, feminino, 20 anos). Até aqui, não é novidade nenhuma que a sexualidade é fortemente representada como reprodução humana, pois o corpo da mulher foi ao longo dos tempos representado com o objetivo da procriação. A base do objetivo de procriar, também vem de uma matriz religiosa e econômica. A partir de um resgate histórico da construção da sexualidade nas sociedades judaico-cristãs, vemos que as práticas sexuais sempre foram valorizadas com objetivos de reprodução e entre casais heterossexuais. Portanto é de se esperar a forte representação de sexualidade dos/das participantes que a sexualidade é a procriação (CASTRO et al, 2014). A religião não tolerava o prazer durante os atos sexuais, pois era tido como um sentimento pecaminoso e imoral, assim como o amor.

É pertinente lembrar que até o século XVIII, a Igreja tinha muito poder disciplinador na sociedade e grande parte dos resultados da categoria sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução mostram que há a existência da matriz religiosa: *A divisão entre homem/mulher que o mundo determinou, mas havendo também subgrupos dentro destas opções padrões* (P2, feminino, 20 anos). Em nossa sociedade brasileira, podemos observar os moralistas cristãos, como por exemplo, há a Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família Brasileira, que defende os bons costumes e valores da família tradicional brasileira. A família tradicional ocidental, é divulgada nos meios midiáticos e institucionais como sendo a família formada pelo pai (homem) e a mãe (mulher) heterossexuais, casados na igreja e com filhos, sendo que existem também os papéis e funções definidos para o conjugue. Essa família tradicional até hoje conta com seus valores, que tem mais hegemonia na sociedade (MACHADO, 2017). Neste momento da discussão vale relacionar esta categoria com a de estereótipo de gênero e sexismo, quando para alguns participantes a sexualidade está representada com a diferenciação e determinação de papéis e funções dadas a cada homem

ou mulher dentro da família: *Sexualidade é aquilo que define, diferencia homem e a mulher incorporando assim seus papéis diferentes.* (P3, feminino, 25 anos) ou em *A determinação de papéis que desenvolvem em sociedade, na família.* (P13, feminino, 25 anos). Neste sentido, homens e mulheres tem papéis diferentes dentro da família. Desde criança somos educados e socializado pela família onde as mães mulheres cuidam da casa, cuidam dos filhos e os pais homens definem suas próprias prioridades ao mundo público (COSTA, COELHO, 2013).

Retomando a construção histórica com relação aos papéis sexuais e relações de gênero, na história a mulher foi tida como a frágil, inferior e subordinada ao homem como também pode ser observado na narrativa: *Podemos definir como indivíduo se porta para com o meio em que se constituem paradigmas de meninos lidam com atividades de foco ao objetivo. No caso das meninas a forma abrangente de situações emocionais e afetivas.* (P292, masculino, 24 anos). Esses dois eixos, papéis sexuais e relações de gênero são bem marcantes nas narrativas das categorias sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução e estereótipo de gênero e sexismo, uma vez que essa temática também tem uma construção sócio-histórica, com relações aos mitos de que a mulher é mais amorosa do que o homem, é mais sensível, são machos menos perfeitos, a tal ideia do sexo único, enquanto que o mito do homem permeia em ser um ser perfeito, forte, poderoso (LAQUEUR, 2001).

Com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e também com as reivindicações do movimento das mulheres a partir da década de 60, as mulheres também são inseridas no mercado de trabalho, mas ainda assim, para os/as participantes do estudo existem diferenças entre o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem: *Também entendo sexualidade com o modo de cada indivíduo agir, de acordo com o seu sexo, no dia-a-dia (atividades não relacionadas ao ato sexual) ao tomar atividades, trabalhar, etc.* (P78, feminino, 19 anos). O exemplo estereotipado de trabalho de mulher seria o de enfermeira, onde a enfermeira é representada por um modelo de mulher bem-comportada, cuidadora, dócil, pura e submissa como é observado em outras pesquisas (COSTA, COELHO, 2013).

Para os/as participantes a procriação só vem a partir da união do casal heterossexual, ou seja, o casamento para, assim, conceber a família. Com relação à mulher nesse contexto, sempre houve a repressão feminina, que reflete as relações de gênero e as relações entre homens e mulheres. Essa ideia sexista, binária e hierarquizada, retira a mulher do público e a coloca no privado e assim se instituiu a noção da maternidade e concepção. Bozon (2004) afirma que as mulheres são submetidas e socializadas a essa obrigação de procriar e reconhece como sendo um fardo das mulheres a maternidade. A posição subordinada das mulheres na reprodução era apenas um dos múltiplos aspectos da inferioridade do feminino no mundo social. É observado que os tradicionais papéis de gênero são frequentemente reproduzidos que compete a mulher cuidar da casa e dos filhos (dependendo também desempenham um trabalho remunerado fora de casa a chamada jornada tripla) e ao homem o lugar de provedor financeiro da família (TRAVERSO-YÉREZ, PINHEIRO, 2005).

Desde cedo as mulheres são controladas em uma rede de prescrições médicas e há essa atenção dedicada à maternidade. Por exemplo, o corpo feminino é em primeiro lugar para os médicos/ginecologistas, um corpo grávido que se deve conduzir para um parto seguro. Em nenhum momento durante a análise dos resultados, foi mencionada a ideia de aborto, porém na categoria sexualidade enquanto sexo biológico e reprodução é mencionado a contracepção: *É um tema importante porque envolve relações entre pessoas, e pode ser explorada para assuntos como planejamento familiar, por exemplo* (P53, feminino, 20 anos). Sobre o planejamento familiar, no Brasil tem como conceito de: “é um conjunto de ações que auxiliam as pessoas que pretendem ter filhos e também quem prefere adiar o crescimento da família” (BRASIL, 2011). Ao analisar o planejamento familiar, ele se baseia na ideia do casal heterossexual e durante as narrativas em nenhum momento falou de forma positiva sobre a contracepção hormonal feminina, na qual abala com o poder reprodutivo em relação ao segundo sexo. Com o avanço tecnológico durante o século XX entre as décadas de 60 e 70, isso foi de grande significado para o processo de liberação da mulher. Não foram mencionadas em nenhuma das narrativas as formas de contracepção e sobre essa relação da mulher com a sexualidade, na qual as feministas levantaram suas bandeiras sobre o direito

ao prazer sexual e separando a reprodução da sexualidade. Neste cenário, é pertinente lembrar que os direitos sexuais e reprodutivos, que visam à promoção da igualdade de gênero e saúde da mulher, têm sido uma das conquistas mais árduas no cenário internacional nos últimos tempos. É interessante analisar que a maioria dos participantes são mulheres, sendo assim, elas representaram a sexualidade fazendo parte do planejamento familiar e não dos direitos sexuais e reprodutivos. Outro ponto importante, é que os participantes são na maioria estudantes de enfermagem, e também em nenhum momento houve a discussão sobre o aborto, na qual podemos levantar algumas reflexões sobre políticas públicas e consentir que hoje o aborto é um problema de saúde em nosso país por conta da sua criminalização, onde diversas mulheres realizam esse procedimento de forma insegura e clandestinamente, provocando danos a sua própria saúde, o que configura numa violação dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

Conclusão

O estudo, apesar de limitado, por ter sido realizado com estudantes de enfermagem da Universidade Federal de São Paulo e professores do ensino fundamental e médio de uma determinada região do município de São Paulo, Taboão da Serra e Embu das Artes, finalizamos com a percepção de que este estudo contribuirá para as discussões e debates sobre o tema sexualidade.

Esta pesquisa permitiu desvelar elementos importantes das representações sociais dos participantes sobre a sexualidade para compreender como são feitas as concepções da sexualidade. O referencial teórico-metodológico adotado e as teorias das representações sociais, forneceram elementos para detalhar o objeto investigado e norteou o trabalho para atingir o objetivo da presente pesquisa. A discussão de cada tema tornou-se complexa, pois uma representação apresentou elementos de outras representações, o que manifesta a característica dinâmica das representações sociais.

Nesta pesquisa, foi possível identificar diferentes representações sobre a sexualidade, construídas a partir de uma rede de relações complexas, dentre as quais se destacam as sociais e históricas. Essas representações estão

ancoradas nos significados atribuídos ao corpo, gênero e à sexualidade, que estão vinculadas no cotidiano social.

Foi identificado no discurso dos participantes que as ideias sobre sexualidade são representadas em diversos mitos, tabus, preconceitos, verdades e invenções humanas que são ancoradas em contextos históricos, mas também em contextos sociais atuais. Com uma simples pergunta, sobre a concepção de sexualidade, foi nos dado uma gama de informações e pré-concepções sobre o assunto. As concepções existentes sobre sexualidade neste estudo são um reflexo de uma herança ininterrupta da sociedade em relação a sexualidade individual e coletiva.

Atualmente vivenciamos uma forte onda de moralismo e vivemos em uma cultura que é fortemente influenciada pela moral da religião na qual as ideias representadas pelos participantes são influenciadas por essa instituição, mas também não podemos desconsiderar que as ideias também são de caráter individual. Os conceitos que os participantes fazem sobre sexualidade e sobre como percebem a sexualidade no cotidiano são de caráter histórico, científico e político, portanto podemos afirmar que a sexualidade é constituída de relações de poder.

De acordo com os objetivos propostos verificamos que os resultados destacam predominância sobre a concepção da sexualidade sobre a biologização da sexualidade, ou seja, eles se apoiam principalmente na fisiologia do aparelho reprodutor, a fisiologia da reprodução e ao saber médico.

Consideramos que a saúde e a educação estão interligadas e são duas bases importantes para as relações humanas e assim esse trabalho nos gera subsídios para abordar professores e professoras e futuros enfermeiros e enfermeiras para desenvolver a temática sexualidade. Nossa sugestão é que sejam realizados parcerias envolvendo profissionais da área da saúde e educação com o sentido de apoiar a educação na preparação desses profissionais que lidam com essas questões diariamente. Também há a necessidade de reformulação curricular do ensino superior no sentido de incluir conteúdos em educação sexual nos diferentes cursos de graduação considerando a transdisciplinariedade e transversalidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa - Portugal: edições 70; 2011

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária executiva de Coordenação da Saúde da criança e do adolescente. *Programa Saúde do Adolescente: Bases programáticas*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996

BRASIL. Portal Brasil – Saúde. *Planejamento familiar*. [online], 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2011/09/planejamento-familiar>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução 466/12*. Brasília, Diário Oficial da União. 2013; 12, Seção 1: 59.

BRÊTAS, José Roberto da Silva (Org.). *Sexualidades*. São Paulo: All Print Editora, 2011

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FFGV, 2004

CASTRO, Washington Ramos. CARVALHO, Maria Cristina de Melo Pesanha. MOHAMED, Renato Porto dos Santos. MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos. QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo. *A saúde do homem que vive situação de infertilidade: um estudo de Representações Sociais*. Esc Anna Nery 2014; 18(4): 669-675

COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. *Ideologias de gênero e sexualidade: a interface entre a educação familiar e a formação profissional de enfermeiras*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2013 Abr-Jun, 22(2): 485-92

GALLEGO, MA. LÓPEZ, MI. *Mutilación Genital Femenina. Reversión y aspectos de interés médico legal*. Cuad Med Forense 2010;16(3):145-151

IGLESIA, Matilde de la. MELERA, Gustavo. Silvestre, Leonor. REPOSSI, Mariano. *Biopolítica del clítoris: análisis de un caso de protección jurídica del placer*. Anu investig. V. 16 Ciudad Autónoma de Buenos Aires ene./dic. 2009

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Whately V.(Trad). Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2001.

MACHADO, Maria de Fatima Antero Sousa; QUEIROZ, Danielle Teixeira; VIEIRA, Neiva Francenely Cinha; BARROSO, Maria Graziela Teixeira.

Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. Ciênc Saúde Colet. 2007;12(2):335-342

MACHADO, Lia Zanotta. *O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador.* Cadernos Pagu (50), 2017 el17504.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: HUCITEC; 2010.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise.* Rio de Janeiro (RJ): Ed. Zahar; 1978.

NOGUEIRA, Maria José; BARCELOS, Samuel; BARROS, Héilton; SCHALL, Virginia Torres. *Criação compartilhada de um jogo: um instrumento para o diálogo sobre sexualidade desenvolvido com adolescentes.* Ciênc Educ. 2011; 17(4): 941-956.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri. LAGO, Mara Coelho de Souza. *Sexualidades, estatísticas e normalidades – A persona numerabilis nos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite.* Cadernos Pagu (45), julho-dezembro de 2015: 593-600

O'CONNELL, Hellen; SANJEEVAN, Kalavampara V. HUTSON, John M. *Anatomy of the clitoris.* Journal Urol. 2005 Oct; 174 (4 Pt 1): 1189 – 95.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) (2016): *WHO guidelines on the management of health complications from female genital mutilation.* WHO, Geneva (Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/206437/1/9789241549646_eng.pdf?ua=1)

RUFINO, Andréa Cronemberger. MADEIRO, Alberto Pereira. GIRÃO, Manoel João Batista Castello. *O ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí.* Rev Bras de Educação Médica: 37(2): 178 – 185. 2013

SALINAS-URBINA, Addis Abeba. SOTO, Edgar Carlos Jarillo. *La confrontación de la sexualidade em la práctica profesional de los futuros médicos: la mirada de los pesantes de medicina.* Ciência & Saúde Coletiva, 18(3): 733-742, 2013

SANTOS, D. B. C. *A Educação Sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas.* In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas

Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Sexualidade. Curitiba: SEED; 2009.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, J. G. (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. Ed. São Paulo: Summus

TRAVERSO – YÉREZ, Martha A. PINHEIRO, Verônica de Souza. *Socialização de Gênero e Adolescência*. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005

TITO, Sena. *Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70*. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(1):288, janeiro-abril/2010

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. UNESCO, 2010.

WAGNER W. Descrição, explicitação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: Guareschi P. (org.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis (RJ): Vozes; 1995. p.149-185.